

EDITAL

PREGÃO PRESENCIAL N.º 010/2022 - PROCESSO N.º 014/2022
(O certame será regido pela Lei n.º. 8666/93 – artigo 191, Lei n.º. 14.133/2021)

EDITAL DO PREGÃO

O Serviço Autônomo de Água e Esgoto de Cerquilha, com sede na Rua Augusto Dorighello n.º 320 – Jardim Esplanada, Cerquilha, SP, pelo SETOR DE ADMINISTRAÇÃO, conforme autorização de seu Superintendente de Saneamento Básico, **Sr. MÁRCIO ROBERTO GAIOTTO**, o qual usando de suas atribuições legais, torna público, para conhecimento de quantos possam interessar, que se acha aberta nesta Autarquia Municipal, através do Ato n.º. 030/2022 de 09/09/2022, licitação na modalidade **PREGÃO PRESENCIAL**, no regime de EXECUÇÃO INDIRETA e do tipo **MENOR PREÇO, com despesa total estimada de R\$ 624.000,00 (seiscentos e vinte e quatro mil reais)** para a contratação de serviços continuados de fornecimento e administração de cartão alimentação, nos termos deste edital e seus anexos, a ser realizado pelo Pregoeiro nomeado no Ato n.º. 014/2022.

O PREGÃO PRESENCIAL será realizado no dia **23 de setembro de 2022 às 9:00 horas** no endereço acima. O certame deverá ser processado e julgado em conformidade com a Lei Federal n.º 10.520/2002 e subsidiariamente com a Lei Federal n.º 8.666/1993 e demais normas complementares e disposições deste instrumento, bem como o artigo 34 da Lei Federal n.º. 11.488/2007 e Decretos Municipais n.º. 2.394/2009 e 3.174/2017.

1 - OBJETO DA LICITAÇÃO

1.1 O objeto da presente licitação é a contratação de empresa especializada na prestação de serviços de fornecimento e administração de cartão alimentação, na forma de cartões eletrônicos, preferencialmente com chip de segurança, destinados aos servidores do Serviço Autônomo de Água e Esgoto de Cerquilha - SAAEC, para uso em estabelecimentos credenciados, como meio de pagamento de alimentação, conforme Lei Municipal n.º 2.946/2010, aplicando-se subsidiariamente, no que não conflitar com o regime estatutário e natureza de autarquia municipal da Contratante, as normas gerais do Programa de Alimentação do Trabalhador – PAT (Decreto Federal n.º 10.854/2021), obedecidas as disposições deste Edital e seus anexos, especialmente o Termo de Referência – Anexo 07.

1.2 A quantidade estimada de cartões alimentação é de 130 (cento e trinta), referente ao número de beneficiários ativos, podendo o número sofrer alteração para mais ou para menos de acordo com a movimentação de servidores/beneficiários nos quadros do SAAEC.

1.3 O valor do benefício mensal individual vigente é de R\$ 400,00 (quatrocentos reais) por servidor/beneficiário, podendo referido valor sofrer alteração em decorrência da superveniência de legislação municipal posterior à assinatura do contrato.

1.4 O valor estimado para 12 (doze) meses será de R\$ **624.000,00 (seiscentos e vinte e quatro mil)** e o **valor mensal estimado será de R\$ 52.000,00 (cinquenta e dois mil reais)**.

1.5 O prazo de vigência do contrato é de 12 (doze) meses, podendo ser prorrogado por até 60 (sessenta) meses, com base no art. 57, II, da Lei 8.666, de 1993.

1.6 Compõem o presente Edital:

1.6.1 Anexo 01 – Minuta do Contrato

1.6.2 Anexo 02 – Modelo de Declaração de Inexistência de Fato Impeditivo.

1.6.3 Anexo 03 – Modelo de Credenciamento.

1.6.4 Anexo 04 – Declaração para Comprovação da Condição de MEI, ou ME, ou EPP, ou Cooperativa.

1.6.5 Anexo 05 – Modelo de Proposta Comercial.

1.6.6 Anexo 06 – Declaração de Regularidade Perante o Ministério do Trabalho.

1.6.7 Anexo 07 – Termo de Referência e Especificações Técnicas.

1.6.8 Anexo 08 – Ato n.º. 011/2022 (regulamenta a aplicação de penalidades no âmbito do SAAEC).

EDITAL**2 - LEGISLAÇÃO**

A presente licitação será regida, processada e julgada de acordo com o procedimento estabelecido na Lei Federal nº 10.520/2002 e subsidiariamente na Lei Federal nº 8.666/93, bem como no Decreto Municipal nº 2.394/2009 e demais normas complementares.

3 - RECURSOS FINANCEIROS

3.1 As despesas decorrentes da presente licitação correrão às contas das Dotações Orçamentárias:

03.01.01 – Administração – 17.512.0009.2004 – Manutenção do Setor - 3.3.90.39 – Outros Serviços de Terceiros – Pessoa Jurídica – Ficha 08.

4 - RETIRADA DO EDITAL

4.1 O Edital do Pregão nº. 010/2022 e seus anexos, será fornecido aos interessados em dias úteis, no horário das 08:30 horas às 11:30 horas e 13:30 horas às 16:30 horas e retirados na sede do SAAEC na Rua Augusto Dorighello nº 320 – Jardim Esplanada – Cerquilha/SP ou através de requerimento ao e-mail: compras@saaec.com.br, bem como diretamente no site <https://www.saaec.com.br/licitacoes-2022>

5 - DO CREDENCIAMENTO E DO RECEBIMENTO DOS ENVELOPES Nº 01 – “PROPOSTA DE PREÇO” E ENVELOPE 02 – “DOCUMENTAÇÃO DE HABILITAÇÃO”

5.1 Os documentos referentes aos envelopes contendo as Propostas de Preço e os Documentos de Habilitação deverão ser entregues ao Pregoeiro, no ato de abertura da sessão, na forma do artigo 10, inciso V, do Decreto nº 2.394/2009.

5.2 Na hora e local indicados no item 6.1 serão observados os seguintes procedimentos pertinentes a este PREGÃO:

5.2.1 Credenciamento dos representantes legais das empresas interessadas em participar do certame;

5.2.2 Recebimento dos envelopes “Proposta de Preço” e “Documentação de Habilitação”;

5.2.3 Abertura dos envelopes “Proposta de Preço”;

5.2.4 Classificação do autor da proposta de menor preço e aqueles que tenham apresentado propostas em preços sucessivos e superiores em até 10% relativamente à de menor preço;

5.2.5 Em não havendo pelo menos três ofertas nas condições definidas acima, poderão as empresas autoras das melhores propostas, até o máximo de três, participar dos lances verbais;

5.2.6 Abertura de oportunidade de oferecimento de lances verbais, de forma sucessiva, em valores distintos e crescentes;

5.2.7 Condução de rodadas de lances verbais sempre a partir do representante da empresa com proposta de menor preço, em ordem crescente de valor, respeitadas as sucessivas ordens de classificação provisória até o momento em que não haja novos lances de preços menores aos já ofertados;

5.2.8. A desistência em apresentar lance verbal implicará a exclusão do licitante da etapa de lances verbais e na manutenção do último preço apresentado pelo licitante para efeito de ordenação das propostas;

5.2.9 Caso não se realize lances verbais será verificada a conformidade entre a proposta escrita de menor preço e o valor estimado para a contratação;

5.2.10 Declarada encerrada a etapa competitiva e ordenadas as propostas, o pregoeiro examinará a aceitabilidade da primeira classificada, quanto ao objeto e valor, decidindo motivadamente a respeito;

5.2.11 Abertura do envelope “Documentação de Habilitação” apenas da empresa cuja proposta tenha sido classificada em primeiro lugar;

5.2.12 Habilitação ou inabilitação da primeira colocada, prosseguindo-se, se for o caso, com a abertura do envelope “Documentação de Habilitação” da segunda classificada;

5.2.13 Proclamação da empresa vencedora pelo critério de menor preço;

5.2.14 Adjudicação do objeto e encaminhamento dos autos do processo à autoridade competente para homologação do certame, na hipótese de não ter havido interposição de recursos.

5.2.15 Abertura de oportunidade aos presentes para que manifestem sua eventual intenção de interpor recurso, registrando-se em ata a síntese das razões de recorrer;

5.2.16 Decididos os recursos e constatada a regularidade dos atos procedimentais a autoridade competente homologará a adjudicação para determinar a contratação.

EDITAL

6 - ABERTURA DA LICITAÇÃO

6.1 O início da sessão pública para recebimento das propostas e documentação de habilitação ocorrerá no dia **23 de setembro de 2022, às 9:00 horas**, na Sala de Licitações, situada à Rua Augusto Dorighello nº. 320 – Jardim Esplanada – Cerquilha/SP.

6.2 Ocorrendo decretação de feriado ou qualquer fato superveniente que impeça a realização do certame na data aprazada, todas as datas constantes deste Edital serão transferidas, automaticamente, para o primeiro dia útil de expediente do SAAEC.

7 - CONDIÇÕES DE PARTICIPAÇÃO

7.1 Poderá participar da presente licitação pessoas jurídicas, observada a necessária qualificação.

7.2 Não poderão participar desta licitação empresas:

7.2.1 Declaradas inidôneas, de acordo com o previsto no inciso IV, do art. 87, da Lei Federal nº 8.666/93, e que não tenham restabelecida sua idoneidade, em qualquer esfera do governo;

7.2.2 Concorratária, com falência decretada, em dissolução ou liquidação (ressalvada a hipótese de recuperação judicial na forma da Lei nº 11.101/2005, quando poderá a Administração exigir durante a fase de habilitação a apresentação do Plano de Recuperação homologado, sem prejuízo do atendimento de todos os requisitos de habilitação econômico-financeiro estabelecidos no edital e demais diligências durante o instrumento contratual, tais como comprovação do cumprimento das obrigações do plano, com fundamento na Súmula nº 50 do E. TCE/SP).

7.2.3 Que estejam cumprindo penalidade de suspensão temporária imposta no âmbito do município de Cerquilha (Súmula nº 51 do TCE/SP);

7.2.4 Sob a forma de consórcio;

7.2.5 Estrangeiras.

8 - CREDENCIAMENTO

8.1 No dia e hora estabelecidos no preâmbulo deste edital serão realizados em sessão pública o credenciamento dos representantes das licitantes, o recebimento dos envelopes "Proposta de Preço" e "Documentação de Habilitação".

8.2 Não será permitida a participação de licitante retardatária, a não ser como ouvinte.

8.2.1 Será considerada retardatária a empresa cujo representante apresentar-se ao local de realização da sessão pública após o horário estabelecido e, cumulativamente, já tiver sido aberto o primeiro envelope "Proposta de Preço".

8.3 Aberta a sessão, o representante legal da licitante deverá credenciar-se junto ao Pregoeiro, devidamente munido de instrumento que o legitime a participar do **PREGÃO** e de sua cédula de identidade ou outro documento equivalente, comprovando possuir os necessários poderes para formulação de propostas e para a prática de todos os demais atos inerentes ao certame.

8.3.1 O credenciamento far-se-á por um dos seguintes meios:

a) Instrumento público ou particular, este último conforme modelo constante no Anexo 03, pelo qual a empresa licitante tenha outorgado poderes ao credenciado para representá-la em todos os atos do certame, em especial para formular ofertas e para recorrer ou desistir de recursos, devendo, em ambos os casos (instrumento público ou particular), estar acompanhado de contrato social ou estatuto da empresa, e no caso de Sociedade Anônima, devidamente acompanhado, ainda, de documento de eleição de seus administradores;

a.1) Quando o credenciamento for conferido por procurador da licitante, deverá ser, ainda, juntada cópia autenticada do respectivo instrumento de procuração, no qual deverá constar **expressamente** poderes de substabelecimento.

b) Cópia do contrato ou estatuto social da licitante, quando sua representação for feita por um de seus sócios, dirigente ou assemblado, acompanhado da ata de eleição da diretoria, em se tratando de sociedade anônima.

8.4 No caso da empresa se enquadrar nos termos da Lei Complementar nº 123 de 14 de dezembro de 2006, deverá preencher e apresentar em separado a Declaração para Comprovação da Condição de MEI, ou ME, ou EPP, ou Cooperativa, nos moldes constantes do **Anexo 04**.

8.4.1 A empresa que se enquadrar como Microempreendedor Individual (MEI), Microempresa (ME), Empresa de Pequeno Porte (EPP) e Cooperativa que tenha auferido no ano-calendário anterior receita

EDITAL

bruta inferior a R\$ 4.800.000,00 (quatro milhões e oitocentos mil reais), deverá apresentar no ato do credenciamento, **em separado**, ou seja, fora dos envelopes de proposta e habilitação, os seguintes documentos, subscritos por quem detém poderes de representação da licitante:

a) Comprovante de inscrição e de situação cadastral da pessoa jurídica no Cadastro Nacional da Pessoa Jurídica – CNPJ;

b) Declaração que comprove sua condição de MEI, ME, EPP ou Cooperativa que tenha auferido no ano-calendário anterior receita bruta inferior a R\$ 4.800.000,00 (quatro milhões e oitocentos mil reais) e que inexistem fatos supervenientes que conduzam ao seu desenquadramento (anexo 4).

8.4.2 No caso de MEI, a declaração da condição de que trata o item 8.4.1, poderá ser substituída pelo Certificado de condição de Microempreendedor Individual – CCMEI, emitido pelo Portal do Empreendedor.

8.4.3 A falsidade das declarações prestadas no **Anexo 04**, objetivando os benefícios da Lei Complementar nº 123 de 14 de dezembro de 2006, poderá caracterizar o crime de que trata o artigo 299 do Código Penal, sem prejuízo do enquadramento em outras figuras penais e da aplicação das sanções administrativas previstas na legislação pertinente, observado o devido processo legal, e implicará, também, o afastamento da licitante, se o fato vier a ser constatado durante o trâmite da licitação.

8.4.4 A falta da declaração de enquadramento da licitante como microempresa ou empresa de pequeno porte, ou sua imperfeição, não conduzirá ao seu afastamento da licitação, mas tão somente dos benefícios da Lei Complementar Federal nº.123/2006, salvo se se tratar de licitação ou cota exclusivamente destinada a esse tipo de empresa.

8.4.5 **Não serão considerados documentos que estejam dentro dos envelopes proposta de preços ou documentos de habilitação, os quais não poderão ser abertos antes do momento apropriado, sob pena de desclassificação da proponente.**

8.5 Nenhuma pessoa, ainda que munida de procuração, poderá representar mais de uma empresa, hipótese na qual o representante deverá optar pela representação de apenas uma empresa, sendo as demais excluídas sumariamente do certame. O não exercício da opção pelo representante ensejará a exclusão sumária de todas as representadas.

8.6 Somente poderão participar da fase de lances verbais os representantes devidamente credenciados. A empresa que tenha apresentado proposta, mas que não esteja devidamente representada terá sua proposta acolhida, porém, não poderá participar das rodadas de lances verbais.

8.7 No caso de apresentação de procuração com data de validade, o documento será analisado levando em consideração a vigência exatamente na forma que redigida.

9 - APRESENTAÇÃO DOS ENVELOPES

9.1 Os envelopes, de papel opaco, deverão ser entregues fechados e indevassáveis, sobre cujas bordas de fechamento deverá constar a rubrica do representante da licitante, para convalidar a não violação de sua abertura oficial.

9.2 Na parte externa dos envelopes deverá constar:

SERVIÇO AUTÔNOMO DE ÁGUA E ESGOTO DE CERQUILHO.
ENVELOPE Nº 01 – PROPOSTA DE PREÇO.
PREGÃO PRESENCIAL Nº 010/2022.
ABERTURA: 23/09/2022 às 9:00 HORAS.

SERVIÇO AUTÔNOMO DE ÁGUA E ESGOTO DE CERQUILHO.
ENVELOPE Nº 02 – DOCUMENTAÇÃO DE HABILITAÇÃO
PREGÃO PRESENCIAL Nº 010/2022.
ABERTURA: 23/09/2022 às 9:00 HORAS.

9.3 O ENVELOPE Nº 01 – PROPOSTA DE PREÇO conterá a proposta comercial, com o preço a ser aplicado, que deverá ser apresentada preferencialmente em modelo constante do Anexo 05, especificando a taxa de administração adotada (que não poderá ser negativa e deverá observar o total estimado de 0%), em papel timbrado da empresa, utilizando-se de duas casas decimais, sem rasuras ou emendas, datada e rubricada em todas as folhas e assinada por seu representante legal.

EDITAL

9.3.1 Os preços deverão ser apresentados com a inclusão de todos os custos operacionais da atividade (ex.: emissão de cartões, credenciamento de estabelecimentos, sistema de autogestão, aplicativo para os beneficiários, reemissão de cartões sem qualquer custo independentemente do motivo), operadores, motoristas, tributos eventualmente devidos, bem como as demais despesas diretas e indiretas, sem que caiba direito à proponente de reivindicar custos adicionais.

9.3.2 Quaisquer tributos, custos e despesas diretas ou indiretas, omitidos na proposta ou incorretamente cotados, serão considerados como inclusos nos preços, não sendo aceitos pleitos de acréscimos a qualquer título.

9.3.3 O prazo de validade da proposta não poderá ser inferior a sessenta dias corridos, contados da data de abertura dos envelopes relativos à habilitação.

9.3.4 A proposta escrita de preço deverá conter oferta firme e precisa, sem alternativa de preços ou qualquer outra condição que induza o julgamento a ter mais de um resultado.

9.3.5 Não será admitida proposta com taxa de administração negativa (cf. TCE/SP, TC-009245.989.22-3, sessão do Tribunal Pleno de 06/04/2022 e art. 175 do Decreto Federal nº 10.854/2021).

9.4 O ENVELOPE Nº 02 – DOCUMENTAÇÃO DE HABILITAÇÃO deverá conter a documentação relativa à habilitação jurídica, regularidade fiscal, qualificação técnica, qualificação econômico-financeira e ao cumprimento do disposto no art. 7º, inciso XXXIII da Constituição Federal, nos termos do artigo 4º, inciso XIII, da Lei nº 10.520/2002 e artigo 12 do Decreto nº 2.394/2009, em conformidade com o previsto a seguir:

9.4.1 HABILITAÇÃO JURÍDICA, que deverá estar de acordo com o artigo 28, incisos II e III, da Lei Federal nº 8.666/93 e suas alterações:

- a) Registro Comercial, no caso de empresa individual ou outro pertinente instrumento de registro comercial, registrado no órgão competente aplicável;
- b) Ato Constitutivo, Estatuto ou Contrato Social consolidado e suas alterações em vigor, devidamente registrado na Junta Comercial, em se tratando de sociedades comerciais, e no caso de sociedades por ações, acompanhado de documentos de eleição de seus administradores;
- c) Decreto de autorização, em se tratando de empresa ou sociedade estrangeira em funcionamento no País, e ato de registro ou autorização para funcionamento expedido pelo órgão competente, quando a atividade assim o exigir.

9.4.2 REGULARIDADE FISCAL, que deverá estar de acordo com o artigo 29, incisos I, II, III, IV e V, da Lei nº 8.666/93 e suas alterações:

- a) Prova de inscrição no Cadastro Nacional de Pessoas Jurídicas (**CNPJ**), podendo ser emitida por site oficial, sujeito a confirmação;
- b) Prova de inscrição no Cadastro de Contribuintes Estadual ou Municipal, relativo ao domicílio ou sede do licitante, pertinente ao seu ramo de atividade e compatível com o objeto da presente licitação;
- c) Prova de regularidade fiscal perante a **Fazenda Nacional** que será efetuada mediante apresentação de certidão expedida conjuntamente pela Secretaria da Receita Federal do Brasil - RFB e pela Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional - PGFN, referente a todos os tributos federais e à Dívida Ativa da União - DAU por elas administrados, inclusive contribuições sociais, nos termos da Portaria MF 358, de 5 de setembro de 2014, alterada pela Portaria MF 443, de 17 de outubro de 2014, sujeito a confirmação;
- d) Prova de regularidade com o Fundo de Garantia por Tempo de Serviço – **FGTS**, mediante apresentação do Certificado de Regularidade do FGTS válido, podendo ser emitido por site oficial (sujeito a confirmação);
- e) Prova de regularidade para com a Fazenda Estadual (Certidão de Inexistência, Certidão Negativa ou Certidão Positiva com efeito de Negativa), original ou cópia autenticada por cartório competente, relativa à sede da licitante, podendo ser emitida por site oficial (sujeito a confirmação), para tributos que guardem pertinência com o objeto licitado;
- f) Prova de Regularidade com a Fazenda Municipal (**CND**), (Certidão Negativa de Débitos ou Certidão Positiva com Efeitos de Negativa, em validade, do ISS), original ou cópia autenticada por cartório competente, relativa à sede da licitante, podendo ser emitida por site oficial (sujeito a confirmação), para tributos que guardem pertinência com o objeto licitado;
- g) Prova de regularidade para com a Justiça do Trabalho (Certidão Negativa ou Certidão Positiva com efeito de Negativa de **DÉBITOS TRABALHISTAS – CNDT**), podendo ser emitida por site oficial, sujeito a confirmação;

EDITAL

h) Caso exista fato impeditivo da habilitação, obriga-se a **Proponente** a declará-lo sob as penalidades legais, de acordo com a Lei Federal nº 8.666/93, art. 32, §2º, e Lei Federal nº 9.605/98 em seu art. 10.

9.4.3 QUALIFICAÇÃO ECONÔMICO-FINANCEIRA (art. 31, Lei nº 8.666/1993):

a) Certidão negativa de falência ou concordata expedida pelo distribuidor da sede da pessoa jurídica, ou de execução patrimonial, expedida no domicílio da pessoa física (inciso II do artigo 31 da Lei nº 8.666/1993), com prazo de validade de 60 (sessenta) dias a partir da data de sua emissão ou prazo nela expressamente constante.

9.4.4 Anexo 02 – Modelo de Declaração de Inexistência de Fato Impeditivo.

9.4.5 Anexo 06 – Declaração de Regularidade Perante o Ministério do Trabalho

9.5 As Certidões deverão corresponder ao mesmo CNPJ do proponente, salvo aquelas emitidas unicamente no CNPJ da matriz, conforme nelas declarado.

9.6 Os documentos que exigem assinatura do representante legal da pessoa jurídica não terão validade sem esta, sendo causa de **inabilitação**, ressalvada hipótese do titular da pessoa jurídica, do sócio - com poder conforme contrato social -, ou do procurador munido de procuração pública com poder específico para assinar e assumir obrigações em nome do sócio/titular da pessoa jurídica, estar presente na sessão pública e atestar a validade do(s) documento(s), o que constará na ata da sessão pública.

9.7 A microempresa ou empresa de pequeno porte **que optar pela fruição dos benefícios** da Lei Complementar nº 123/06, por ocasião da participação neste certame, **deverá apresentar toda a documentação exigida para fins de comprovação de regularidade fiscal e trabalhista, mesmo que esta apresente alguma restrição.**

9.7.1 Caso a microempresa ou empresa de pequeno porte apresente na fase habilitação alguma restrição na comprovação da regularidade fiscal e trabalhista, será assegurado o prazo de 05 (cinco) dias úteis, cujo termo inicial corresponderá ao momento em que o proponente for declarado o vencedor do certame, prorrogáveis por igual período, a critério da Administração Pública, para a regularização da documentação, pagamento ou parcelamento do débito, e emissão de eventuais certidões negativas ou positivas com efeito de certidão negativa.

9.7.2 A prorrogação do prazo previsto no item acima deverá ser concedida pelo Pregoeiro quando requerida pelo licitante, a não ser que exista urgência na contratação ou prazo insuficiente para o empenho, devidamente justificado.

9.7.3 A não regularização da documentação, no prazo previsto nos itens anteriores implicará decadência do direito à contratação, sem prejuízo das sanções previstas no artigo 81 da Lei nº 8.666, sendo facultado à Administração convocar os licitantes remanescentes, na ordem de classificação, para a assinatura do contrato, nas mesmas condições propostas pela primeira classificada, não contratada, inclusive quanto aos preços alcançados, ou revogar a licitação, nos termos do artigo 43, § 2º, da Lei Complementar nº 123, de 14 de dezembro de 2006, e art. 22 do Decreto Municipal nº. 3.174, de 2017.

9.8 Observações:

9.8.1 Todos os documentos exigidos neste edital deverão ser apresentados em original impresso, por qualquer processo de cópia autenticada por cartório competente ou por servidor do **SAAEC**, por publicação em órgão da imprensa oficial, conforme determina o art. 32 da Lei Federal nº 8.666/93, ou, ainda, extraídos pela *internet*, através de *sites* oficiais, em qualquer caso, com validade na data limite de apresentação dos envelopes.

9.8.2 Para efeito da validade das certidões de regularidade fiscal, se outro prazo não constar na lei ou no próprio documento, o prazo de validade será considerado de 60 (sessenta) dias a partir da data de sua emissão.

9.8.3 Se houver impossibilidade de apresentar qualquer documento por motivo de greve do órgão emissor, a licitante deverá apresentar declaração em papel timbrado da empresa, assinado por seu representante legal, com firma reconhecida, de que não está em débito com o referido órgão e que, finda a greve, se compromete a apresentar imediatamente o documento atualizado, para fins de direito, independentemente da fase em que se encontrar o processo licitatório, sujeitando-se, no caso de não apresentação, às penalidades legais.

9.8.4 Não constituirá causa de desclassificação do proponente a irregularidade formal que não afete o conteúdo ou a idoneidade da proposta.

9.8.5 Será desclassificado o concorrente que apresentar proposta em desacordo com estas instruções e as constantes da Lei Federal nº 8.666/93 e suas alterações, exceto ao que estabelece o item **9.9.4** supra, a critério do Pregoeiro.

EDITAL

9.8.6 Caso a certidão fiscal apresentada esteja vencida na data da conferência do documento será admitida a consulta pelo Pregoeiro, em sítio eletrônico oficial do órgão público que constar na certidão, da verificação de sua validade, desde que esta consulta seja imediata (não seja necessário aguardar prazo imposto pelo órgão público), gratuita e não dependa de cadastro (ou *login* e senha), vedada referida consulta para suprir a falta do documento.

10 - PROCESSAMENTO DA LICITAÇÃO

10.1 Após o encerramento do prazo para recebimento dos envelopes, não serão aceitos quaisquer adendos, acréscimos, supressões ou esclarecimentos sobre o conteúdo dos mesmos.

10.2 Os esclarecimentos, quando necessários, e desde que solicitados pelo Pregoeiro e sua equipe constarão obrigatoriamente da respectiva ata.

10.3 De sessão pública de abertura dos envelopes, o Pregoeiro lavrará Ata circunstanciada, a ser assinada por seus membros e pelos representantes dos licitantes presentes, se assim o desejarem.

10.4 Havendo acordo de todos, e mediante lavratura em ata, os licitantes presentes poderão nomear apenas alguns entre eles para rubricar os documentos apresentados, seja na fase de habilitação, seja na de julgamento das propostas.

10.4.1 Em não havendo consenso entre os licitantes, por força da influência dos princípios da eficiência, razoabilidade e proporcionalidade, o Pregoeiro fará a escolha através de sorteio.

10.5 É facultado ao Pregoeiro e sua equipe, em qualquer fase da licitação, promover diligência destinada a esclarecer ou complementar a instrução do processo, vedada a inclusão de documentos ou informações que deveriam constar originalmente da proposta, conforme artigo 43, § 3º, da Lei Federal 8.666/93.

10.6 Recebidos os envelopes tempestivamente, dar-se-á início à abertura dos mesmos.

11 - ABERTURA DAS PROPOSTAS, FASE DE LANCES E HABILITAÇÃO

11.1 Os procedimentos deste **PREGÃO** serão conduzidos pelo pregoeiro nomeado, contando com equipe de apoio.

11.2 Instalada a sessão pública do pregão, os interessados deverão comprovar a representação para a prática dos atos do certame, nos termos do item 8 deste edital e entregar os envelopes "Proposta de Preço" e "Documentação de Habilitação".

11.3 Após credenciamento dos representantes e recebimento dos envelopes será verificada a regularidade formal dos envelopes, bem como comunicado aos presentes pelo Pregoeiro quais são as microempresas e empresas de pequeno porte (e equiparadas legais) que poderão se valer dos benefícios da Lei Complementar Federal nº. 123/2006.

11.4 Constatada a regularidade formal dos envelopes, proceder-se-á a abertura dos envelopes "Proposta de Preço", que serão rubricadas e analisadas pelo pregoeiro e sua equipe de apoio. Em seguida, será dada vista das propostas a todos os representantes dos licitantes, que deverão rubricá-las, devolvendo-se ao Pregoeiro, que procederá à verificação da conformidade da proposta com os requisitos do edital, procedendo, de forma concomitante, à classificação provisória.

11.5 Após a abertura do primeiro envelope, não será admitida a participação de novas empresas proponentes.

11.6 Definida a classificação provisória, será registrada na ata da sessão pública o resumo das ocorrências até então havidas, consignando-se o rol de empresas participantes, os preços ofertados, as propostas eventualmente desclassificadas e a fundamentação de sua desclassificação, bem como a ordem de classificação provisória.

11.7 O Pregoeiro abrirá a oportunidade para oferecimento de sucessivos lances verbais aos representantes das licitantes cujas propostas estejam compreendidas no intervalo entre o menor preço e o preço superior em até 10% (dez por cento) àquele.

11.8 Não havendo pelo menos três ofertas nas condições definidas, serão chamados a dar lances verbais os representantes das empresas que apresentarem as melhores propostas, até o máximo de três, além da primeira classificada, quaisquer que sejam os preços ofertados.

11.9 Na fase de lances verbais não serão aceitos lances de igual ou maior valor ao do último e os sucessivos lances deverão ser feitos em valores decrescentes.

11.10 O pregoeiro convidará individualmente os licitantes classificados, de forma sequencial, a apresentar lances verbais, a partir do autor da proposta classificada de maior preço e os demais, em ordem decrescente de valor.

EDITAL

11.11 A etapa de lances será considerada encerrada quando todos os participantes dessa etapa declinarem da formulação de lances e quando, no caso específico deste Pregão, todas as licitantes apresentarem idêntica proposta de preço, considerados o valor máximo estimado pelo SAAEC para a taxa de administração (0%) e a impossibilidade de apresentação de taxa negativa (conforme entendimento do TCE/SP e legislação federal que regula o PAT).

11.12 A desistência em apresentar lance verbal implicará a exclusão do licitante da etapa de lances verbais e na manutenção do último preço apresentado pelo licitante para efeito de ordenação das propostas.

11.13 Caso não sejam realizados lances verbais será verificada a conformidade entre a proposta escrita de menor preço e o valor estimado para a contratação.

11.14 Não poderá haver desistência dos lances ofertados, sujeitando-se o licitante desistente às penalidades constantes deste Edital, salvo se for devidamente comprovada e aceita pelo Pregoeiro.

11.15 O Pregoeiro poderá **negociar** com o autor da oferta de menor valor com vistas à redução do preço.

11.16 Após a negociação, se houver, declarada encerrada a etapa competitiva e ordenadas as propostas, o Pregoeiro examinará a **aceitabilidade do menor preço**, quanto ao objeto e valor, decidindo motivadamente a respeito. Ocorrendo empate, observado os itens 12.6 e seguinte, o Pregoeiro examinará a aceitabilidade do preço selecionado após aplicação dos critérios de desempate.

11.17 Considerada aceitável a oferta de menor preço ou a oferta de preço selecionado após aplicação dos critérios de desempate, será aberto o envelope de documentação de habilitação do proponente que a tiver formulado.

11.18 Constatado o atendimento das exigências fixadas no edital, o licitante será declarado vencedor, sendo-lhe adjudicado o objeto do certame.

11.19 Se a oferta não for aceitável ou se o licitante classificado em primeiro lugar desatender as exigências de habilitação, prosseguirá o Pregoeiro e sua equipe de apoio com a abertura do envelope de documentação da proponente classificado em segundo lugar e assim sucessivamente, se for o caso, até a habilitação de uma das licitantes, sendo respectivo licitante declarado vencedor e a ele adjudicado o objeto do certame.

11.20 Proclamada a vencedora, qualquer licitante poderá manifestar imediata e motivadamente a intenção de recorrer, com registro em ata da síntese das suas razões, quando lhe será concedido o prazo de três dias úteis para a apresentação das razões do recurso, contado do dia útil subsequente à realização do pregão, ficando as demais licitantes desde logo intimadas para apresentar contrarrazões em igual número de dias, que começarão a correr a partir do término do prazo da recorrente, sendo-lhes assegurada vista dos autos do processo.

11.21 A ausência de manifestação imediata e motivada da licitante implicará a decadência do direito de recurso e a adjudicação do objeto da licitação à vencedora.

11.22 Decididos os recursos e constatada a regularidade dos atos procedimentais, o Superintendente do SAAEC homologará a adjudicação para determinar a contratação.

11.23 Como condição para celebração do contrato, o licitante vencedor deverá manter as mesmas condições de habilitação.

11.24 Quando o licitante vencedor não apresentar situação regular no ato da assinatura do contrato, ou se ele se recusar a assinar o contrato, ou, ainda, descumprir qualquer prazo de implantação do item 6 do Termo de Referência – Anexo 07 (especialmente considerada a impreterível necessidade de que todas as atividades descritas – implantação do aplicativo e do sistema de autogestão, distribuição dos cartões aos servidores/beneficiários, credenciamento dos estabelecimentos – e o creditamento do benefício estejam em perfeita e completa operação na data de 30/09/2022), será convocado outro licitante, observada a ordem de classificação, para celebrar o contrato, e assim sucessivamente, sem prejuízo da aplicação das sanções cabíveis, observado o item 11.19 e podendo negociar diretamente com o proponente para que seja obtido preço melhor, inclusive aquele ofertado pela adjudicatária.

11.25 O resultado final do pregão será divulgado no diário oficial do Município de Cerquilha ou comunicado direto aos licitantes, facultada a divulgação na *internet*, com a indicação da modalidade, do número de ordem e da série anual, do objeto, do valor total e do licitante vencedor.

11.26 Após a celebração do contrato os envelopes contendo os documentos de habilitação dos demais proponentes ficarão à disposição para retirada por 15 (quinze) dias corridos, findo o qual serão inutilizados.

12 - CRITÉRIO DE JULGAMENTO E CLASSIFICAÇÃO.

12.1 As propostas que atenderem as exigências do edital serão julgadas e classificadas pelo Pregoeiro pelo critério do **MENOR PREÇO**.

EDITAL

12.2 Não serão consideradas, admitidas ou aceitas propostas que ofereçam preços baseados nas ofertas das demais licitantes, simbólicos, irrisórios, com taxa negativa de administração.

12.3 As propostas serão classificadas pela ordem crescente dos preços ofertados e aceitáveis.

12.4 Serão desclassificadas as propostas:

12.4.1 Preenchidas em papel de fac-símile ou, em papel comum, mas ilegíveis;

12.4.2 Que não atenderem às exigências do edital e seus anexos ou da legislação aplicável;

12.4.3 Que alterem, descaracterizem ou desatendam às especificações do objeto;

12.4.4 Que apresentem qualquer oferta ou vantagem não prevista no Edital, bem como proposta alternativa;

12.4.5 Que apresentem preços excessivos em relação aos praticados no mercado, considerado o preço estimado (taxa de administração estimada de 0% e valor total estimado R\$ 624.000,00);

12.4.6 Que contenham rasuras, emendas ou ressalvas;

12.4.7 Que não estiverem assinadas pelos representantes legais ou autorizados (ressalvada hipótese do titular da pessoa jurídica, do sócio – com poder conforme contrato social –, ou do procurador munido de procuração pública com poder específico para assinar e assumir obrigações em nome do sócio/titular da pessoa jurídica, estar presente na sessão pública e atestar a validade do documento, o que constará na ata da sessão pública);

12.4.8 Que ofertem percentuais de incidência negativa (abaixo de 0%).

12.5 Considerando a especificidade do presente Pregão (valor estimado que adota taxa de administração máxima de 0% e não admite a apresentação de taxa negativa), o empate na fase de apresentação das propostas, será solucionado observando-se o que segue:

a) Preferência de contratação para ME e EPP que optar pela fruição dos benefícios legais ao realizar o credenciamento na forma do item 8.4 (art. 44, *caput*, da LC nº 123/2006);

b) Sendo 02 (duas) ou mais as microempresas ou empresas de pequeno porte empatadas nas condições acima, será realizado sorteio entre elas (art. 45, III, LC nº 123/2006) e elaboração da lista de classificação especial conforme a ordem sorteada, sendo que a primeira sorteada ocupará o 1º lugar na lista de classificação e assim sucessivamente;

c) Formada a lista classificatória especial das ME/EPP credenciadas na forma do item 8.4 ou na ausência de ME/EPP beneficiadas, será formada lista classificatória geral das demais licitantes participantes do pregão observando-se como critério de desempate o artigo 3º, §2º, da Lei nº 8.666/1993 (conforme o objeto do certame que se refere a prestação de serviço):

1º) Preferência ao serviço prestado por empresa brasileira (considera-se brasileira, na forma do artigo 1.126, *caput*, CC/2002, a empresa que possua sede no Brasil e esteja sujeita às leis brasileiras);

2º) Preferência ao serviço prestado por empresa que invista em pesquisa e no desenvolvimento de tecnologia no país;

3º) Preferência ao serviço prestado por empresa que comprove cumprimento de reserva de cargos prevista em lei para pessoa com deficiência ou para reabilitado da Previdência Social e que atenda às regras de acessibilidade previstas na legislação.

d) Persistindo o empate, será realizado sorteio entre as licitantes para formação da lista de classificação geral conforme a ordem sorteada, sendo que a primeira sorteada ocupará o 1º lugar na lista de classificação geral e assim sucessivamente, ou, na hipótese de a lista de classificação geral já ter sido iniciada com empresa beneficiada por preferência da letra 'c', a primeira sorteada ocupará o lugar seguinte de classificação e assim sucessivamente.

12.5.1 Considerando a alta probabilidade de aplicação dos critérios de desempate na presente licitação, as licitantes deverão estar munidas já no dia e horário da sessão pública dos documentos para comprovação do atendimento às preferências previstas nos números 1 a 3 da letra 'c' do item acima, os quais serão solicitados pelo Pregoeiro na etapa própria, sendo que a não apresentação da documentação imediatamente à solicitação do Pregoeiro, por qualquer motivo, implicará a não aplicação das mencionadas preferências, decadência do direito e preclusão.

12.5.2 O sorteio será realizado com a utilização de cédulas de papel idênticas (material e medidas), impressas mecanicamente com o primeiro nome de cada licitante, na cor preta e idêntico tipo e tamanho de fonte, com 02 dobras (4 partes), sendo inseridas em uma urna fechada (que será previamente fiscalizada pelos licitantes presentes para constatar estar vazia antes da colocação das cédulas), procedendo em seguida o Pregoeiro ao sorteio e à retirada das cédulas aleatoriamente, para formação de

EDITAL

lista classificatória e escolha da licitante a ser provisoriamente declarada vencedora, para posterior análise dos documentos de habilitação.

12.5.3 Não ocorrendo à contratação das microempresas ou empresas de pequeno porte na ordem da classificação especial, proceder-se-á a contratação das licitantes na ordem de classificação geral, mediante aplicação do item 11.19 e seguintes.

13 - DOS RECURSOS

13.1 Das decisões do pregoeiro caberá recurso, desde que haja manifestação da intenção de recorrer feita no final da sessão, com registro em ata da síntese de suas razões, podendo o interessado juntar memoriais no prazo de 3 (três) dias úteis, contados do dia útil subsequente à realização do pregão, ficando os demais licitantes desde logo intimados para apresentar contrarrazões em igual número de dias, contados a partir do término do prazo do recorrente, sendo-lhes assegurado vista dos autos.

13.2 A falta de manifestação do licitante de interpor recurso no final da sessão pública de realização do pregão importará a decadência do direito de recurso e a adjudicação do objeto da licitação à vencedora.

13.3 Interposto o recurso, o Pregoeiro poderá reconsiderar a sua decisão. Não o fazendo, encaminhará o recurso devidamente informado ao Superintendente do SAAEC.

13.4 O recurso contra a decisão do pregoeiro não terá efeito suspensivo.

13.5 O acolhimento de recurso importará na invalidação apenas dos atos insusceptíveis de aproveitamento.

13.6 Decididos os recursos e constatada a regularidade dos atos praticados, a autoridade competente adjudicará o objeto do certame à licitante vencedora e homologará o procedimento.

14 - DA HOMOLOGAÇÃO E DA CONTRATAÇÃO

14.1 Concluído o julgamento, com a adjudicação do objeto da licitação ao vencedor, e julgados os recursos eventualmente interpostos, o processo será remetido ao Superintendente do SAAEC para homologação.

14.2 Homologado o certame, o vencedor será convocado para assinatura do contrato dos itens a ele adjudicados.

15 - DO CONTRATO

15.1 O contrato regular-se-á por suas cláusulas (Anexo 01 – Minuta do contrato) e pelos preceitos de direito público, aplicando-se, supletivamente, os princípios da teoria geral dos contratos e as disposições do direito privado, sendo o mesmo vinculado ao Edital deste Pregão, cujo prazo para sua assinatura será de até 05 (cinco) dias corridos contados a partir da homologação.

16 - DA GARANTIA DE EXECUÇÃO

16.1 Nos termos do artigo 56, e parágrafos 1º e 2º, da Lei Federal nº 8.666/93, a Contratada deverá depositar no ato da assinatura do Contrato, na Tesouraria do SAAEC, a título de garantia do perfeito cumprimento de suas obrigações contratuais, a importância correspondente a 5% (cinco por cento) do valor contratual e terá seu valor atualizado nas mesmas condições do contrato, em caução em dinheiro, ou fiança bancária, ou seguro garantia, ou Títulos da Dívida Pública, à opção do contratado, devendo estes terem sido emitidos sob a forma escritural, mediante registro em sistema centralizado de liquidação e de custódia autorizado pelo Banco Central do Brasil e avaliados pelos seus valores econômicos, conforme definido pelo Ministério da Fazenda.

16.2 A garantia prestada pelo contratado será liberada ou restituída após a execução do contrato e, quando em dinheiro, atualizada monetariamente.

16.3 O prazo de vigência da caução a ser depositada deverá corresponder, no mínimo, ao prazo de execução dos serviços e deverá ser prorrogado até o recebimento definitivo dos serviços e/ou término da vigência contratual, o que ocorrer por último.

16.4 Caso ocorra vencimento da garantia prestada antes do recebimento definitivo dos serviços e/ou término da vigência do contrato, a empresa vencedora deverá providenciar a sua renovação em tempo hábil, sob pena de violação contratual e incidência das penalidades contratuais ou, se o caso, rescisão do contrato.

EDITAL**17 - CONDIÇÕES DE IMPLANTAÇÃO, EXECUÇÃO E RECEBIMENTO DOS SERVIÇOS**

17.1 Os serviços deverão ser implantados e executados na forma e prazos previstos no Termo de Referência (Anexo 07), sendo que na hipótese de superveniência de situação nele não prevista serão consideradas as soluções que melhor atendam aos interesses dos servidores/beneficiários e que imponham menores ônus ao SAAEC, devendo a Contratada zelar pela boa qualidade na execução.

17.2 Constatadas irregularidades na entrega do objeto contratual, o SAAEC poderá:

a) rejeitá-lo, determinando sua substituição ou rescindindo a contratação, sem prejuízo das penalidades cabíveis e contratação de nova licitante, observada a ordem de classificação;

b) na hipótese de substituição, a Contratada deverá fazê-la em conformidade com a indicação da administração, no prazo de 5 (cinco) dias úteis contado da notificação; não sendo possível a observância deste prazo em virtude da necessidade de creditamento do benefício no último dia útil do mês, a Contratada deverá substituir o objeto rejeitado até o prazo limite para creditamento do benefício alimentação.

17.3 O recebimento provisório e definitivo do serviço ocorrerá da seguinte forma:

17.3.1 O recebimento provisório será realizado pelo gestor do contrato, com o término do prazo de implantação (30 dias da assinatura do contrato), ou em data antecipada se a implantação for concretizada antes do prazo estimado.

17.3.2 O recebimento definitivo será realizado por comissão composta dos servidores LIDIANA MARIA CALDANA DA SILVA, registro funcional nº 227, e FELIPE AUGUSTO FERREIRA, registro funcional nº 112, com a verificação de funcionamento e conformidade do sistema com os termos contratuais e anexos do edital, dentro do prazo de 15 (quinze) dias após o recebimento provisório.

17.3.3 Na ausência de qualquer servidor aqui nomeado, este poderá ser substituído por servidor efetivo do SAAEC, mediante designação de um dos servidores que integre a comissão do item 17.3.2.

17.3.4 O recebimento definitivo não afasta todas as obrigações contidas no Termo de Referência, especialmente as adequações no sistema de autogestão e a solução de instabilidades técnicas, que deverão ser realizadas em 05 (cinco) dias úteis.

18 – FATURAMENTO E PAGAMENTO

18.1 – O faturamento dependerá do atendimento do seguinte procedimento:

18.1.1 Mensalmente a CONTRATANTE, por intermédio do Encarregado do Departamento de Pessoal e antecedência mínima de 05 (cinco) dias úteis da data de creditamento do benefício (último dia útil do mês), gerará, no sistema de autogestão da CONTRATADA, pedido/relatório com os servidores e valores individual e total do benefício alimentação. O sistema deverá gerar protocolo do recebimento do pedido/relatório pela CONTRATADA.

18.1.2 A CONTRATADA deverá realizar o creditamento dos benefícios nos cartões alimentação dos servidores/beneficiários, de acordo com as informações do pedido/relatório, até o último dia útil de cada mês.

18.1.3 Dentro de 02 (dois) dias úteis seguintes ao creditamento, a CONTRATADA gerará nota fiscal e boleto para pagamento, observando os valores creditados e a taxa de administração aplicada (já incluídos no preço total todos os custos, diretos e indiretos, e tributos), com data de validade que observe o prazo de 10 (dez) dias para pagamento.

18.1.4 A nota fiscal e o boleto emitido deverão estar disponibilizados no sistema de autogestão imediatamente à geração, bem como ser encaminhados pela CONTRATADA ao Almoxarifado do SAAEC no e-mail almoxarifado@saaec.com.br.

18.1.5 De posse da nota fiscal e do boleto o responsável pelo Almoxarifado do SAAEC fará a conferência dos documentos, dará entrada nos sistemas internos do SAAEC e encaminhará para verificação e assinaturas dos responsáveis pelo recebimento do serviço no SAAEC.

18.1.6 Caso seja identificado alguma incorreção na nota fiscal ou no boleto, o Departamento de Pessoal do SAAEC solicitará diretamente ao preposto/representante da CONTRATADA a retificação, reiniciando-se o prazo para pagamento/vencimento após a entrega dos novos documentos corrigidos.

18.1.7 Atestado o recebimento dos serviços e a regularidade dos documentos, o boleto será encaminhado para pagamento.

18.2 O SAAEC efetuará o pagamento mensalmente à Contratada no prazo de até 10 (dez) dias contados da data de aprovação da nota fiscal/fatura pela Autarquia, devidamente atestada pelo setor competente.

EDITAL

sendo feito somente através da conta corrente da Contratada, valendo como recibo o comprovante de depósito.

18.3 A contagem do prazo para pagamento terá início e encerramento em dias de expediente junto ao órgão Contratante.

18.4 Havendo divergência ou erro na emissão do documento fiscal ficará interrompido o prazo para pagamento, sendo iniciada nova contagem somente após a regularização dessa documentação.

18.5 O valor percentual relativo à Taxa de Administração será fixo e irrevogável durante a vigência do contrato e suas possíveis prorrogações.

18.6 O SAAEC deduzirá quaisquer valores faturados indevidamente.

19 - OBRIGAÇÕES E RESPONSABILIDADES DA CONTRATADA

19.1 Cumprir as obrigações e responsabilidades previstas neste Edital, seus anexos, no instrumento do contrato e, principalmente, no Termo de Referência (Anexo 07).

19.2 Emitir a Nota Fiscal/Fatura do serviço prestado, contendo o número da conta corrente, agência e banco, para a qual será efetuado o pagamento.

19.3 A Empresa Contratada terá sob sua responsabilidade todos os encargos trabalhistas e previdenciários, relativos a seus funcionários, como também comerciais, fiscais e tributários incidentes sobre o fornecimento, objeto da presente avença, bem como, todos os emolumentos e despesas legais decorrentes da entrega dos cartões.

19.4 A Contratada deverá proceder ao ajuste do valor do cartão alimentação em cumprimento à legislação municipal superveniente que altere esse valor, na forma do artigo 65, §5º, da Lei nº 8.666/1993.

19.5 A vencedora do certame se responsabiliza de forma única e exclusiva por danos e prejuízos decorrentes de acidentes do trabalho ou de qualquer natureza causados aos seus prepostos, ao SAAEC, aos seus servidores, a terceiros, ao patrimônio público ou particular e ao meio ambiente, decorrentes de culpa ou dolo, eventualmente ocorridos durante o fornecimento, transporte ou entrega do objeto, correndo às duas expensas, sem qualquer ônus para o SAAEC, ressarcimentos e/ou indenizações que tais danos/prejuízos possam causar, não excluindo ou reduzindo essa responsabilidade a fiscalização ou o acompanhamento exercido pelo SAAEC.

19.6 A contratada deverá ressarcir o SAAEC todos os custos e prejuízos decorrentes de condenações judiciais (ex: custas/despesas judiciais, indenizações moral ou material) fundadas em danos, prejuízos ou acidentes decorrentes de defeito ou vício do serviço por ela prestado, utilizando-se o SAAEC, se necessário, de ação regressiva."

19.7 As responsabilidades aqui previstas e aquelas decorrentes de penalidades aplicadas à Contratada serão solidárias entre Contratada e respectivo(s) sócio(s).

19.8 A vencedora do certame deverá aceitar, nas mesmas condições contratuais, os acréscimos ou supressões que se fizerem necessários até 25% (vinte e cinco por cento) do valor inicial atualizado do contrato, observado o artigo 65, §1º e §2º, II, da Lei Federal nº 8.666/93.

20 - OBRIGAÇÕES DO SAAEC

20.1 Cumprir com as obrigações previstas no Termo de Referência e fiscalizar a boa e fiel execução do contrato.

20.2 Efetuar os pagamentos devidos, de acordo com o estabelecido na proposta de preços, desprezadas previsões que extrapolem este edital.

20.3 Emitir ordem de serviço após assinatura do contrato.

20.4 Além das obrigações resultantes da observância da legislação vigente, são obrigações do SAAEC aquelas assim previstas no instrumento do contrato e no Termo de Referência.

21. DAS PENALIDADES

21.1 O não cumprimento das cláusulas deste instrumento e, ainda, a prática de qualquer transgressão contratual pela CONTRATADA a sujeitará às seguintes sanções:

a) Advertência por escrito;

b) 0,33% (trinta e três centésimos por cento) por dia de atraso, na entrega do serviço, calculado sobre o montante das parcelas obrigacionais adimplidas em atraso, até o limite de 9,9% (nove inteiros e nove décimos por cento), que corresponde a até 30 (trinta) dias de atraso;

EDITAL

- c) 5% (cinco por cento) sobre o valor total do contrato/nota de empenho, por descumprimento do prazo de entrega, sem prejuízo da aplicação do disposto no inciso "b" deste artigo;
- e) 15% (quinze por cento) em caso de recusa injustificada do adjudicatário em assinar o contrato ou retirar o instrumento equivalente, dentro do prazo estabelecido pela Administração, recusa parcial ou total na entrega do sistema, cartões e credenciamento da rede de postos dentro do prazo estipulado, ou rescisão do contrato/nota de empenho, calculado sobre a parte inadimplente;
- f) até 20% (vinte por cento) sobre o valor do contrato/nota de empenho, pelo descumprimento de qualquer cláusula do contrato, exceto prazo de entrega.
- g) As sanções previstas neste item poderão ser aplicadas desde que facultada a defesa prévia da CONTRATADA no respectivo processo no prazo de 05 (cinco) dias úteis, conforme determina o art. 87, parágrafo 2º, da Lei Federal nº 8.666/93.
- h) O não cumprimento das obrigações contratuais sujeitará também a CONTRATADA às demais sanções previstas nos arts. 86 e 87, da Lei Federal nº 8.666/93 e suas alterações.
- 21.2** O licitante que ensejar o retardamento da execução do certame, não mantiver proposta, falhar ou fraudar na execução do contrato, comportar-se de modo inidôneo, fizer declaração falsa ou cometer fraude fiscal, garantido direito prévio de defesa, ficará impedido de licitar e contratar com a Administração, pelo prazo de até 05 (cinco) anos, enquanto perdurarem os motivos determinantes da punição ou até que seja promovida a reabilitação perante a própria autoridade que aplicou a penalidade.
- 21.3** Na forma do Termo de Referência – Anexo 07:
- a) O inadimplemento da CONTRATADA perante qualquer estabelecimento da rede credenciada poderá ensejar a suspensão temporária da CONTRATADA por até 02 (dois) anos (art. 87, III, Lei nº 8.666/1993) e a rescisão contratual.
- b) O não saneamento das ocorrências/falhas/dificuldades notificadas dentro do prazo ou a reiteração no cometimento, considerada a essencialidade do objeto contratado para o cumprimento da legislação municipal e para a saúde e alimentação do servidor/beneficiário, ensejará a aplicação das penalidades de multa e suspensão temporária da CONTRATADA por até 02 (dois) anos (art. 87, II e III, Lei nº 8.666/1993), sendo causa de rescisão contratual.

22 - ESCLARECIMENTOS

- 22.1** Até 02 (dois) dias antes da data fixada para recebimento das propostas, qualquer pessoa poderá solicitar esclarecimentos, providências ou impugnar o ato convocatório deste Pregão, por escrito no e-mail compras@saaec.com.br ou pessoalmente mediante protocolo com o Pregoeiro ou equipe de apoio.
- 22.2** Caberá ao Pregoeiro decidir sobre a petição no prazo de 24 (vinte e quatro) horas;
- 22.3** Acolhida a petição contra o ato convocatório, o Pregoeiro designará nova data para realização do certame, exceto quando, inquestionavelmente, a alteração no edital não afetar a formulação da proposta;
- 22.4** Em caso de não solicitação de esclarecimentos e informações pelas Proponentes, pressupõe-se que os elementos fornecidos são suficientemente claros e precisos, não cabendo posteriormente o direito a qualquer reclamação.

23 - RESCISÃO

- 23.1** O SAAEC poderá dar por rescindido a obrigação decorrente desta licitação nas hipóteses previstas nos artigos 78 e 79 da Lei Federal nº 8.666/93, no que couber;
- 23.2** Também poderá ser rescindido o contrato em razão da não observância ou violação pela CONTRATADA de qualquer disposição prevista na Lei Federal nº 8.666/93 ou legislação municipal, devendo ressarcir ao SAAEC eventuais prejuízos, diretos ou indiretos, decorrentes da rescisão.
- 23.3** Ocorrendo rescisão contratual, a CONTRATADA deverá apresentar lista discriminada por servidor/beneficiário e respectivo saldo positivo no cartão alimentação e proceder à devolução dos valores ao SAAEC/CONTRATANTE, no prazo de 05 (cinco) dias úteis, sob pena das medidas judiciais cabíveis, inclusive crime de apropriação indébita.

24 - DAS DISPOSIÇÕES FINAIS

- 24.1** O Superintendente do SAAEC, mediante ato escrito e fundamentado, poderá revogar a licitação por razões de interesse público decorrente de fato superveniente ou desconhecido à época da abertura do certame, devidamente comprovado, e deverá anulá-la por ilegalidade, de ofício ou por provocação de qualquer pessoa.

EDITAL

24.1.1 A anulação do procedimento licitatório induz a do contrato.

24.1.2 Os licitantes não terão direito à indenização em decorrência da anulação do procedimento licitatório, ressalvado o direito do contratado de boa-fé de ser ressarcido pelo que tiver executado/fornecido.

24.2 A apresentação das propostas implica que as empresas participantes conhecem e aceitam todos os termos do presente Edital e seus anexos.


24.3 É facultada ao Pregoeiro e sua equipe, em qualquer fase da licitação, a promoção de diligência destinada a esclarecer ou a complementar a instrução do processo, vedada inclusão de documento ou informação que deveria constar originariamente da proposta;

24.4 Pela elaboração e apresentação da proposta de taxas e preços e documentação de habilitação a licitante não terá direito a auferir vantagem, remuneração ou indenização de qualquer espécie.

24.5 No caso de envio da documentação ou envelopes pelo Correio, é de inteira responsabilidade da licitante a efetivação da entrega até o dia e horário designado para cadastramento ou sessão pública, conforme o caso, não havendo que se falar em suspensão, interrupção, adiamento ou revisão do certame, inclusive na hipótese de greve, casos fortuitos ou de força maior.

24.6 Para conhecimento de todos, expede-se o presente edital que será afixado na Recepção do SAAEC, e será **publicado** no Diário Oficial do Estado de São Paulo, Diário Oficial de Cerquillo, em jornal de circulação diária da região e no *site* <https://www.saaec.com.br/licitacoes-2022>

Cerquillo, 09 de setembro de 2022.



Márcio Roberto Guicilo
Superintendente do SAAEC